

---

## POPULAÇÃO LGBTQIA+ E POLÍTICAS PÚBLICAS: Garantia e desmonte de direitos na conjuntura brasileira<sup>1</sup>

### LGBTQIA+ POPULATION AND PUBLIC POLICIES: Guarantee and dismantling of rights in the Brazilian context

SCARLET MORENE SOUZA DE CASTRO

MARCIO DE SOUZA

Faculdade Unyleya/PUC-Rio/UNESA

**Resumo:** Este trabalho visa aprofundar o estudo sobre a população LGBTQIA+ a garantia e desmontes das Políticas Públicas na atual conjuntura brasileira. A partir da crescente estagnação dos direitos e os desmontes a qual a população está acometida foi despertado o interesse em realizar um estudo sobre tal tema. Tendo em vista a importância das políticas públicas como mecanismo de solução de problemas da sociedade, sendo que, estamos precisando dar visibilidades para as pautas das minorias e reverter o pensamento heteronormativo a qual estamos inseridos. O artigo tem como foco o atual governo e seus desmontes, promovendo conflitos ideológicos e dificultando a aprovação de novas políticas públicas para tal população. Descrever sobre sexualidade e gênero, identificar as diversidades encontradas atualmente, apresentar como se deu o início dos Movimentos Sociais voltados a população LGBTQIA+ os primeiros grupos de apoio e como esses grupos foram e são importantes para a garantia dos direitos da população. A metodologia utilizada para elaboração deste trabalho se deu através de uma pesquisa bibliográfica, a partir da leitura e análise de autores que discutem sobre o tema. O atual trabalho aborda questões relativas aos direitos sexuais e políticas públicas para a população LGBTQIA+. Apresenta marcos políticos executados pelo Governo Federal e seus reflexos em relação a realidade.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, LGBTQIA+, gênero, sexualidade, política, direitos.

CASTRO, Scarlet Morene Souza de; De Souza, Marcio. POPULAÇÃO LGBTQIA+ E POLÍTICAS PÚBLICAS: Garantia e desmonte de direitos na conjuntura brasileira. *Educação Sem Distância*, Rio de Janeiro, n.6, jul./dez. 2022.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho é uma adaptação do artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso, no curso de Serviço Social do Centro Universitário Geraldo Di Bise – UGB, defendido em 29 de outubro de 2021, com o título: “POPULAÇÃO LGBTQIA+ E POLÍTICAS PÚBLICAS: Garantia e desmonte de direitos na atual conjuntura brasileira”, por Scarlet Morene Souza de Castro, com a orientação do Prof. Dr. Marcio de Souza.

**Abstract:** This work aims to deepen the study of the LGBTQIA+ population and the guarantee and dismantling of Public Policies in the current Brazilian situation. From the growing stagnation of rights and the dismantling to which the population is affected, interest in conducting a study on this topic was aroused. Bearing in mind the importance of public policies as a mechanism for solving society's problems, we are needing to give visibility to the agendas of minorities and revert the heteronormative thinking to which we are inserted. The article focuses on the current government and its dismantling, promoting ideological conflicts and hindering the approval of new public policies for this population. Describe sexuality and gender, identify the diversities currently found, present how Social Movements aimed at the LGBTQIA+ population, the first support groups, were started and how these groups were and are important to guarantee the population's rights. The methodology used to prepare this work was done through a bibliographical research, from the reading and analysis of authors who discuss the theme, articles and monographs. The current work proposes to address issues related to sexual rights and public policies for the LGBTQIA+ population. Presenting political milestones executed by the Federal Government and their reflexes in relation to our reality.

**Keywords:** Public Policies, LGBTQIA+, gender, sexuality, politics, rights.

## 1 Introdução

Em meio a vários temas que poderiam ter sido escolhidos, falar sobre a População LGBTQIA+ e Políticas Públicas: garantia e desmonte de direitos em 2021, ano em que diversas mudanças no mundo aconteceram, em especial no Brasil, desafia-nos a pensar em como o Serviço Social é fundamental na vida das pessoas que na maioria das vezes desconhecem os seus direitos. O tema escolhido possui uma relevância social e pessoal com o intuito de expor como tal população está sendo afetada nesse contexto na contemporaneidade política que vivenciamos e visa também elucidar os direitos conquistados pelos Movimentos Sociais em prol da comunidade LGBTQIA+.

No trabalho, levanta-se o questionamento acerca das consequências de tais desmontes de direitos e como isso pode afetar a população LGBTQIA+. Tal população já carrega em seu fardo o peso da LGBTIfobia que vêm desde os primórdios. Com o passar dos tempos, esperava-se avanço em causas que eram tratadas com ignorância e segregação, mas infelizmente tal população não está se vendo neste cenário de ascensão, onde pelo contrário, se enxerga em um enorme retrocesso de suas demandas e de seus direitos como ser humano. Na atual conjuntura brasileira, a população LGBTQIA+ ainda se encontra

---

com problemas que poderiam ser resolvidos com uma atenção maior em projetos de políticas públicas, mas por conta da discriminação, essa população segue inviabilizada pelo seu governo e pelas "regras" de seu país. Com isso, transexuais seguem sendo assassinados, jovens continuam sendo expulsos de suas casas e indo viver nas ruas, as taxas de suicídio não param de aumentar, mulheres transexuais e travestis seguem sendo invisibilizadas como mulheres legítimas por empresas e locais de trabalho, causando assim, o aumento da prostituição. Enfim, poderiam ser citadas diversas consequências de tal desmonte de direitos pois, infelizmente, ainda é um assunto muito complexo e que parece não possuir o devido fim.

Após o ano de 2018, onde o Brasil sofreu, e ainda sofre, com a eleição de um presidente despreparado para assumir o ato de governar com responsabilidade e empatia, a população LGBTQIA+ se encontra em um momento de profundo desmonte de direitos, resultando no aumento da criminalização, desigualdade social e violências das quais nossa sociedade vem sofrendo cotidianamente. Com isso, pode-se entender a importância do atual artigo para tal população, onde é relatado como os direitos estão sendo restritos àqueles que deles necessitam e as consequências que tais desmontes podem causar. É imprescindível que pensemos novos projetos de políticas públicas para esta população, pois já basta a segregação de direitos e inviabilização de sociedade imposta diretamente pelo governo regente.

Definiu-se como estratégia para a realização do trabalho a leitura e análise de autores que discutem sobre o tema exposto. A autora Moore (1997) que discorre sobre a diferença entre sexo biológico e gênero, assunto de extrema importância em nosso contexto. O autor Trindade (2011), aborda sobre o movimento de Stonewall In que aconteceu nos Estados Unidos em 1969, conhecido como o marco dos Movimentos Sociais, resistência e luta pelos direitos LGBTQIA+. Os autores Facchini e França (2009) abordam o tema sobre as mudanças das siglas que compõem o movimento, sendo que em 1993 era chamado de MGL (movimento de gays e lésbicas) e atualmente a sigla LGBTQIA+ (utilizada nesse trabalho) busca acolher e dar relevância à diversidade presente em cada um.

É nesse contexto que o atual trabalho vem contribuir para explicar no segundo tópico a respeito das diversidades encontradas dentro de gênero, sexo, identidade de gênero e

orientação sexual, pois acredita-se que somente a educação e informação pode libertar aqueles que precisam de nosso reconhecimento e orientação. No terceiro tópico, contamos com um breve momento histórico do Movimento LGBTQIA+, como os primeiros movimentos se formaram e como ajudaram a criar estatísticas que hoje são as nossas principais fontes de informação, levando em conta a subnotificação que dificulta na criação de novas políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+ no Brasil. O quarto tópico aborda o histórico da criação e avanço das políticas públicas criadas desde a década de 1980, que em contrapartida, na conjuntura atual, sofre com um grave retrocesso destas conquistas, que serão exemplificadas ao longo do texto.

## **2 SEXO BIOLÓGICO, GÊNERO, IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL: ENTENDENDO SEUS SIGNIFICADOS**

Podemos perceber que, por mais que a sociedade esteja evoluindo, algumas pessoas ainda optam por continuar com o pensamento estagnado, ou seja, com o pensamento que homem nasceu para se relacionar com mulher e vice e versa. Ou que todos nós nascemos e precisamos nos identificar com o gênero biológico, mesmo que para muitos isso não ocorra. Dessa forma, entender e desmitificar os significados por trás da sigla LGBTQIA+ é de necessária importância.

Sobre as identidades sociais na modernidade, o autor Hall (2006), pontua:

Para aqueles/as teóricos/as que acreditam que as identidades modernas estão entrando em colapso, o argumento se desenvolve da seguinte forma. Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como sujeitos integrados (HALL, 2006, p. 9).

Sendo assim, entendemos por sexo biológico: as distinções anatômicas e biológicas entre homens e mulheres (pênis e vagina), há também pessoas intersexuais, que possuem genitais ambíguos ou ausentes. Já o termo gênero é utilizado para designar a construção social do sexo biológico, ou seja, masculino e feminino. De acordo com a autora Moore (1997):

A distinção entre sexo biológico e gênero mostrou ser absolutamente crucial para o desenvolvimento da análise feminista nas ciências sociais, porque possibilitou aos eruditos demonstrar que as relações entre mulheres

e homens e os significados simbólicos associados às categorias “mulher” e “homem” são socialmente construídos e não podem ser considerados naturais, fixos ou predeterminados. Dados culturais comparados foram particularmente valiosos nesse aspecto, fornecendo a evidência empírica para demonstrar que as diferenças de gênero e as relações de gênero são cultural e historicamente variáveis (MOORE, 1997, p. 2).

Em relação a Identidade de gênero, trata-se da experiência de uma pessoa a respeito de si mesma e de sua relação com outros gêneros, não dependendo do sexo biológico e sim, da forma como se percebe enquanto pessoa. Podendo ser binária (homem, mulher) ou não binária (outros gêneros). No que se refere as identidades transgêneras, transexuais e travestis, são aquelas cuja identidades de gênero são diferentes do gênero denominado no nascimento. Sendo assim, segundo a autora De Jesus (2012):

Em primeiro lugar, é importante destacar que, em termos de gênero, todos os seres humanos podem ser enquadrados (com todas as limitações comuns a qualquer classificação) como transgênero ou “cisgênero”. Chamamos de cisgênero, ou de “cis”, as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento. [...] nem todas as pessoas são assim, porque, [...] há uma diversidade na identificação das pessoas com algum gênero, e com o que se considera próprio desse gênero. Denominamos as pessoas não-cisgênero, as que não se identificam com o gênero que lhes foi determinado, como transgênero, ou trans (DE JESUS, 2012, p. 10).

Sobre orientação sexual podemos afirmar que é um termo utilizado para indicar as diferentes formas de atração física, romântica e/ou emocional de cada um. O conceito substituiu a expressão “opção sexual” tendo em vista que as pessoas não optam por sua orientação, isto é, a sexualidade das mesmas se desenvolve ao longo da vida, podendo ser heterossexual, homossexual ou assexual.

No entanto, vivemos em uma sociedade com padrões heteronormativos. Assim, De Jesus (2012, p. 29) elucida sobre a heteronormatividade ou heterossexualidade compulsória, que é a “[...] crença na heterossexualidade como característica do ser humano “normal”. Desse modo, ser hétero é visto como a sexualidade padrão e qualquer pessoa que saia desse “padrão” é considerada fora da norma, fazendo parecer que não existem outras sexualidades ou que elas estão erradas, o que justificaria sua marginalização.

Logo, homossexual sente atração pelo mesmo gênero, heterossexual sente atração pelo gênero oposto, bissexual sente atração por ambos os gêneros e assexuais não sentem

---

atração afetivo-sexual por outra pessoa, independente de orientação sexual e de identidade de gênero.

### 3 MOVIMENTO LGBTQIA+: BREVE HISTÓRICO

O movimento de Stonewall Inn, que aconteceu nos Estados Unidos em 1969, é tido como um marco para a comunidade LGBT<sup>2</sup>, principalmente no que diz respeito à resistência e lutas pelos direitos. Considerando a importância dos acontecimentos em Nova Iorque, não tardaram surgir memórias em diversas mídias sobre Stonewall. Como acentua Trindade (2011):

A gênese da política gay poderia ser contada dessa forma: na noite de 28 de junho de 1969, um acontecimento paradigmático teve lugar na cidade de Nova York, nos Estados Unidos da América. O bar Stonewall Inn, frequentado majoritariamente por homossexuais, que ficava na região conhecida como o “gueto homossexual” da cidade, foi invadido por forças policiais decididas a reprimir a concentração de gays e lésbicas no local. Mas, nessa noite, a polícia enfrentou a reação dos frequentadores, que empreenderam uma batalha que duraria um final de semana inteiro. Com a eclosão desse conflito, outras questões políticas foram sendo desencadeadas e alguns dos habituais frequentadores passaram a se organizar politicamente através da Frente de Libertação Gay, e o dia 28 de junho foi então proclamado como Dia do Orgulho Gay (TRINDADE, 2011, p. 74).

O autor Bortolozzi (2019) realiza uma resenha do livro "A história do movimento LGBT no Brasil" dos autores James Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano e Marisa Fernandes de 2018, no qual estabelece o ano de 1978 como marco inaugural para o movimento LGBT brasileiro, com destaque para o início do jornal *Lampião de Esquina*, sendo escrito por homossexuais para outros homossexuais, e tinha como uma de suas principais ações denunciar a violência contra a população LGBT. Além da fundação do Grupo de Afirmação Homossexual - Somos (SP), coletivo organizado na mobilização de homossexuais que se tornaram a base para luta de direitos e na articulação do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). A partir do grupo Somos, vários outros grupos foram organizados em diversas partes do país, de acordo com Ferreira e Sacramento (2019):

A simbiose observada na relação do Somos com a mídia passa também a ser notada nos outros grupos de ação em prol dos direitos homossexuais

---

<sup>2</sup> LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais.

que se espalharam pelo país. Durante a década de 1980, pelo menos, dez grupos ligados ao movimento homossexual brasileiro lançaram publicações e tinham como uma de suas pautas os regimes de visibilidade da homossexualidade, sendo eles: o ‘Gathó’ do Grupo de Atuação Homossexual, o ‘ChanacomChana’ e o ‘Informativo Associação Galf’ do Grupo de Ação Lésbico Feminista, o ‘Nós Também’ do Grupo Nós Também, o ‘Facção Homossexual’ do grupo Facção Homossexual ligado à Convergência Socialista, ‘Boletim do G.G.B’ do Grupo Gay da Bahia, o ‘Boletim Informativo do Grupo Dialogay’ do Grupo Dialogay, o ‘Triângulo Rosa’ do Triângulo Rosa, o ‘Jornal do Jatobá’ do Movimento de Emancipação Homossexual e o ‘Boletim Informativo LAMBDA’ do Movimento pela Livre Orientação Sexual (FERREIRA; SACRAMENTO, 2019, p. 237).

Tanto o grupo Somos quanto o Jornal Lampião de Esquina, trouxeram relatos de organizações, publicações, documentos e eventos por período se tornando assim a inspiração de um conjunto de militantes homossexuais a escreverem a memória do movimento entre os anos de 1978 e 1983. Ainda segundo Bartolozzi (2019) em 1981, um grupo de lésbicas fundou o ChanacomChana, que era comercializado no Ferro’s Bar, local majoritariamente frequentado por lésbicas. A venda do jornal não era aprovada pelos donos do local, que em 1983 expulsaram as mulheres do ambiente. No dia 19 de agosto do mesmo ano, lésbicas, feministas e ativistas LGBT’s se reuniram no Ferro’s Bar, onde fizeram um ato político que resultou no fim da proibição da venda do jornal.

Esse período coincide com a epidemia do vírus HIV no Brasil e no mundo que resultou na morte de vários LGBT’s. A síndrome trouxe um estigma para a comunidade, que naquele momento passaram a ser vistos como únicos portadores e transmissores de uma doença incurável. Nesse sentido, a mídia noticiava como “câncer gay”, “peste gay” entre outras coisas pejorativas, intensificando a violência e o assassinato de homossexuais, desencadeando e alterando significativamente as organizações e ordem do movimento LGBTQIA+.

Sobre as siglas que compõem o nosso movimento, podemos constatar que cada letra representa e tem por objetivo a inclusão de um grupo de pessoas que se reconhece por uma orientação sexual ou identidade de gênero diversa. Facchini e França (2009) afirmam que:

A partir da década de 1990, o movimento multiplica também as categorias de referência ao seu sujeito político. Assim, em 1993, ele aparece descrito como MGL (“movimento de gays e lésbicas”) e, após 1995, surge

primeiramente como um movimento GLT (“gays, lésbicas e travestis”) e, posteriormente, a partir de 1999, começa a figurar também como um movimento GLBT – de “gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros”, passando pelas variantes GLTB ou LGBT, a partir de hierarquizações e estratégias de visibilização dos segmentos. Em 2005, o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros aprova o uso de GLBT, incluindo oficialmente o B de bissexuais à sigla aceita no país e convencionando que o T se refere a travestis, transexuais e transgêneros. A solução provisória encontrada pelo XII EBGLT foi posteriormente revogada e, em 2008, o evento já se chamava EBLGBT (Encontro Brasileiro de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). A sigla do EBLGBT acompanhou mudança ocorrida em meados do ano de 2008, a partir da Conferência Nacional GLBT, quando, não sem alguma polêmica, foi aprovado o uso da sigla LGBT para a denominação do movimento, o que se justificaria pela proposta de visibilizar o segmento das lésbicas. (FACCHINI; FRANÇA, 2009, p. 62).

De acordo com o vídeo “Qual é a Sigla Certa? LGBTI+ no Youtube do Canal das Bee (2020)<sup>3</sup>, atualmente a sigla mais comum utilizada no Brasil é a LGBTQIA+<sup>4</sup>, porém as formas mais completas das siglas podem ser: LGBTTQQIAA<sup>5</sup> e a LGBTQQICAPF2K+<sup>6</sup>.

É importante ressaltar também que cada sigla tem sua própria bandeira que são sempre coloridas e em padrões diferentes. Antes da tradicional bandeira de arco-íris ser criada, a comunidade LGBTQIA+ usava um triângulo rosa como símbolo. A história da bandeira do orgulho teve início na década de 1970, com Harvey Milk na cidade de São Francisco - Califórnia, e seu amigo Gilbert Baker. Sobre a criação da bandeira os autores De Araújo e De Souza (2020) assinalam que:

Em 1978, a ideia de reunir as faixas coloridas, inspirada na estética Hippie para compor uma bandeira (rainbow flag) foi implementada por Gilbert Baker (1951-2017), que era um artista estadunidense e ativista pelos direitos da comunidade LGBTQIA+. Primeiramente, ele reuniu poucos voluntários para produzir manualmente a bandeira colorida e apresentá-la na parada Gay e Lésbica de São Francisco, Califórnia, EUA. Mas, posteriormente, o conjunto de faixas coloridas tornou-se o maior símbolo

<sup>3</sup> Qual é a Sigla Certa? LGBTI+ - Guia Básico #9 - Canal das Bee. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qJL66ZKAcY> Acessado em 07/06/2021.

<sup>4</sup> LGBTQIA+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuados, + (abrigada todas as possibilidades de orientação sexual e/ou identidades de gêneros existentes).

<sup>5</sup> LGBTTQQIAA: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexual, Queer, Questionando-se, Intersexuais, Aliados, Assexual.

<sup>6</sup> LGBTQQICAPF2K+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Questionando-se, Intersexuais, Curiosos, Assexuados, Pansexuais, Amigos e Familiares, “Dois-espíritos”, Kink, + (abriga todas as possibilidades de orientação sexual e/ou identidades de gêneros existentes).

---

de representação da comunidade LGBTQIA+ (DE ARAUJO, DE SOUZA, 2020, p. 7).

Para Rodrigues (2018) apud De Araújo e De Souza (2020) as faixas coloridas associadas à imagem do arco-íris, a partir de então, são apresentadas em diversos formatos e aplicadas em muitos produtos, buscando galgar espaços de representatividade por meio da múltipla reprodução e representação da bandeira.

Hoje o movimento é altamente inclusivo e os grupos da comunidade Queer<sup>7</sup> sentiram o dever de criar sua própria bandeira como forma de angariar presença e reivindicar sua representatividade, sendo assim, foram criadas diversas bandeiras que são usadas diariamente como símbolo de orgulho e aceitação.

As mudanças na sigla são vistas como evolução do movimento pela inclusão da pluralidade de cada indivíduo e também para proporcionar o debate e discussão a respeito do tema.

## **4 POLÍTICAS PÚBLICAS E POPULAÇÃO LGBTQIA+: AVANÇOS E RETROCESSOS**

Ao longo das décadas, o Movimento Social em prol da população LGBTQIA+ obteve diversas conquistas. Até a década de 1980 o chamado “homossexualismo”<sup>8</sup>, ainda era visto como um transtorno sexual pelo Código de Saúde do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social, onde apenas em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde.

No Brasil, em 9 de fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina aprovou a retirada, da homossexualidade do código 302.0, referente a desvios e transtornos sexuais, da Classificação Internacional de Doenças. Já em 1999, o Conselho Federal de Psicologia formulou a Resolução 001/99, no qual pondera que a homossexualidade não se constitui uma doença, nem distúrbio e nem perversão, e ainda, que existe na sociedade uma inquietação em torno de práticas sexuais que não se enquadram em normas estabelecidas sócio culturalmente (NASCIMENTO, 2015, p. 22).

---

<sup>7</sup> Queer: Pessoas com o gênero Queer são aquelas que transitam entre os gêneros feminino e masculino, como é o caso das Drag Queens. A teoria Queer defende que a orientação sexual e identidade de gênero não são resultados da funcionalidade biológica, mas de uma construção social.

<sup>8</sup> Homossexualismo: com o sufixo – ismo, utilizado para designar doenças.

Também na década de 1980, por meio do Grupo Triângulo Rosa, que defendeu a utilização do termo “orientação sexual” contra o até então socialmente utilizado “opção sexual”, o termo passou a fazer parte de legislações municipais e estaduais. Outro marco importante são as Paradas do Orgulho LGBT, que ano após ano reúnem um grande público que tem por objetivo a visibilidade da população LGBTQIA+ contando com a participação de artistas, movimentos sociais, a população LGBTQIA+ e aliados.

Outra conquista recente do Movimento LGBT brasileiro - e muito importante - é a união civil estável e o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. O casamento entre homossexuais foi legalizado, onde, de acordo com o site G1 (2017), em 14 de maio de 2013 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Resolução 175 que passou a garantir aos casais homoafetivos o direito de se casarem no civil. Com a resolução, tabeliães e juízes ficaram proibidos de se recusar a registrar a união. Ainda que o casamento homoafetivo não seja permitido por lei, o que garante as uniões estáveis é a jurisprudência, tendo em vista que o casamento homoafetivo tem os mesmos direitos e deveres que o casamento heteroafetivo. Já em 2015, o Supremo Tribunal Federal decide pelo direito a adoção entre casais do mesmo sexo.

No âmbito das políticas públicas na área de saúde, os autores Miskolci e Pereira (2019) apontam sobre a criação da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT:

[...] em 2004, o Governo Federal lançou o Programa Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. Surgiu, na época, o Comitê Técnico Saúde da População de Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais, do MS, com o desígnio de estruturar uma Política Nacional de Saúde (PNS). Dois anos depois, em 2006, a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde explicitava o direito ao cuidado, ao tratamento e ao atendimento no âmbito do SUS, livre de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. A materialização dessas iniciativas apareceu em 2008, com o lançamento da versão preliminar do documento Política Nacional de Saúde Integral de LGBT. A versão final foi só divulgada em 2010 (MISKOLCI; PEREIRA, 2019, p. 9).

Pode-se afirmar que o Programa Brasil Sem Homofobia, em 2004, simboliza um marco no reconhecimento da cidadania LGBTQIA+ e no ano de 2008 os procedimentos de redesignação sexual, também conhecidos popularmente como “mudança de sexo”, passaram a ser autorizados pelo Conselho Federal de Medicina, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece a cirurgia para os brasileiros, o problema é que os(as) interessados(as) podem esperar até 20 anos na fila para a cirurgia, de modo que a maioria das pessoas buscam por soluções privadas quando há condição financeira para tal procedimento.

A utilização do nome social e as mudanças de registro civil para a população transexual e travesti também é outra importante conquista do Movimento LGBTQIA+. Desde 2009 os nomes sociais podem ser utilizados no SUS. Já em março de 2018, o STF determinou que os indivíduos transgêneros poderiam realizar a mudança oficialmente em cartório, de seus nomes e registros de sexo.

Há uma predisposição global para que a descriminalização da população LGBTQIA+ cresça tendo em vista que, até o momento, segundo o jornal BBC News Brasil (2021)<sup>9</sup>, 28 países no mundo reconhecem o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Em contrapartida, de acordo com a Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais (ILGA) ainda existem países que criminalizam as relações homossexuais, em muitos lugares a infração dessa lei pode resultar em prisão e até pena de morte, como nos países: Brunei, Irã, Mauritânia, Arábia Saudita, Iêmen e em Estados do norte da Nigéria. Mediante a isso, podemos constatar os crescentes números de crimes de ódio contra a população LGBTQIA+ pois lamentavelmente dentro da América Latina, o Brasil é o país que mais mata a população transexual, segundo os autores Gestaldi; Motta et all (2021) lidamos também com outro problema:

A subnotificação de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil, constitui um obstáculo ao verdadeiro e cruelíssimo dimensionamento dessa tragédia social, impedindo a construção de políticas públicas de enfrentamento e, o mais importante, erradicar a cultura da impunidade que cerceia e ceifa as vidas desses sujeitos (GESTALDI; MOTTA ET ALL, 2021, p. 15).

Mesmo com todos avanços e estudos sobre o tema, a LGBTIfobia ainda é um medo real para parte da população que sofre por causa da intolerância e falta de comprometimento, respeito do Estado, principalmente atualmente. Uma das maneiras de combater à LGBTIfobia é por meio de políticas públicas<sup>10</sup>. Sobre o conceito de Políticas Públicas, Guareschi (2004), afirma que é:

[...] o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público (GUARESCHI, 2004, p. 180).

<sup>9</sup> Dia do Orgulho Gay: os países onde é ilegal ser homossexual. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57641679>. Acesso em 02 set. 2021.

<sup>10</sup> Políticas Públicas: instrumento que possibilita aos governantes promover ações com o objetivo da garantia de direitos de diversos grupos da população.

---

Entretanto, para que tais políticas públicas produzam resultados ou as mudanças desejadas sejam realizadas, se faz necessário que o Estado realmente compreenda e reconheça o problema da LGBTIfobia e isso só pode ser concretizado por meio de dados. O Brasil falha em recolher informações sobre a realidade da sua população e isso resulta na impossibilidade de pensar políticas públicas específicas para combater a violência contra esse grupo. Para Souza (2015):

É importante ressaltar que o governo se vê pressionado ora diretamente ao movimento LGBT, ora indiretamente, sendo pressionado pelo poder judiciário que acolhe demandas de grupos ativistas. Além da pressão contrária as demandas LGBT's, realizada principalmente por grupos de influência tanto na bancada religiosa e conservadora no legislativo quanto por sujeitos de alta influência na sociedade brasileira como grandes empresários e representantes da Igreja, tanto católica quanto protestante (SOUZA, 2015, p. 6).

O atual cenário político do Brasil é deveras desesperador para a população LGBTQIA+. O atual presidente, Jair Bolsonaro (atualmente filiado ao Partido Liberal - PL), lidera um (des)governo que governa apenas para parte da população, exemplificando, a classe média e alta, composta por sua grande maioria de grupos religiosos, militares, empresários, a sua própria família e grandes latifundiários. É um governo de cunho tradicional, conservador e autoritário, que flerta com o regime ditatorial do passado e defende a intervenção militar no presente.

O governo Bolsonaro acirra as contradições, desmonta as políticas de inclusão, fomenta a violência, injustiça social e estimula a crise e o racismo religioso. Temos um governo declaradamente contrário as pautas e direitos da população LGBTQIA+, perseguidor das minorias, e que, a cada dia mais podemos observar a falta de compromisso e respeito com a população tendo em vista o retrocesso dos direitos humanos e a crescente desigualdade social (haja vista que nos últimos anos o Brasil voltou a integrar o Mapa da Fome). Segundo pesquisa realizada pela organização de mídia Gênero e Número (2019)<sup>11</sup>, disponível no Jornal Folha de São Paulo, que entrevistou 400 pessoas LGBT em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, afirma que mais da metade dos entrevistados (51%) sofreram algum tipo de violência motivada por sua orientação sexual ou identidade de gênero desde as eleições de 2018.

---

<sup>11</sup> Mais da metade dos LGBT diz ter sofrido violência desde as eleições. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/mais-da-metade-dos-lgbt-diz-ter-sofrido-violencia-desde-as-eleicoes.shtml>. Acesso em: 13 set. 2021

---

Logo no início do governo Bolsonaro em 2018 foi extinta a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, SECADI, órgão responsável por políticas educacionais em gênero e sexualidade. A pasta tratava das questões de raça, cor, etnia, origem, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, deficiências entre outras. Outra pasta que sofreu modificações foi o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), comandada pela Ministra Damares Alves, desde quando assumiu o cargo no dia 2 de janeiro de 2019, tem reforçado a discriminação da população LGBTQIA+ através de suas falas autoritárias. Por exemplo, em 2018 quando disse: “É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa” essa fala descreve e propaga o pensamento homofóbico, machista e transfóbico, discrimina aqueles que não se enquadram dentro dos modelos tradicionais heteronormativos. Outro ato descabido, são declarações contra a laicidade do Estado, a criação de um Ministério para defender "as famílias", a pastora e ministra sustenta que o Ministério da Família tem como objetivo fortalecer vínculos familiares, mas que na verdade tem por objetivo reconhecer apenas um tipo de família e desqualificar outras tantas famílias que não se encaixam no modelo tradicional, heterossexual. Como acentua o autor Feitosa (2021):

No caso do subsistema de políticas LGBTI+, a desinstitucionalização do combate à LGBTIfobia tem cedido lugar à defesa da família, caracterizada, nessa acepção, pela união entre homem e mulher cis-heterossexuais e filhos criados dentro de uma matriz heteronormativa (FEITOSA, 2021, p. 76).

Na área da saúde lidamos como o fim das campanhas direcionadas a prevenção às IST/Aids, como dito anteriormente, a epidemia do vírus HIV/Aids assolou a comunidade LGBTQIA+ e resultou em diversas mortes no início da década de 1980. Segundo o autor Feitosa (2021):

Nesse contexto, o nome do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais” é alterado para “Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis”, obscurecendo a visibilidade do combate público a uma doença que historicamente tem afetado a vida da população LGBTI+. Talvez a maior demonstração do processo de desinstitucionalização das políticas LGBTI+ tenha sido a extinção do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), em 28 de junho de 2019 [...] com a publicação do Decreto nº 9.75913. Tal medida fecha por completo o principal canal de diálogo e negociação com o Movimento LGBTI+ e o governo desinstitucionaliza a participação social do segmento na administração pública federal (FEITOSA, 2021, p. 78).

O nosso desafio além da subnotificação de dados é a dificuldade no investimento em Políticas Públicas no âmbito Executivo, onde temos assistido a uma ausência do Estado em termos de formulação de políticas públicas, por exemplo, na criação de Centros de Referência LGBTQIA+ pois não temos nenhum equipamento público específico a essa população, a criação de disque-denúncia próprio para denunciar casos de LGBTfobia. Lutar contra a LGBTfobia é também lutar contra o conservadorismo, o racismo estrutural e a naturalização do ódio contra as minorias. Precisamos pensar em estratégias de combate às desigualdades sociais, pois esse atual governo causa diversos retrocessos para as populações que foram e são historicamente discriminadas, promovendo assim uma necropolítica<sup>12</sup>.

Estudos do Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos (2020) apontam que, existe uma barreira entre gêneros, identidades de gêneros e orientações sexuais, e para as pessoas negras essas barreiras são mais intensas apenas por serem negras. As pessoas LGBTQIA+ negras tem que lutar por direitos básicos, como a vida, além de sofrerem diariamente com as violações, exclusões dentro do âmbito escolar, saúde, mercado de trabalho, entre outros. De acordo com o Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos (2020):

Não existem dados oficiais que deem conta de estimar a população LGBTI, embora veículos de comunicação noticiem que a estimativa seja de 10% da população, ou seja, cerca de 20 milhões de pessoas. Em seu relatório anual, a organização Grupo Gay da Bahia prevê que existam aproximadamente 20 milhões de gays (10% da população), 12 milhões de lésbicas (6%) e 1 milhão de pessoas trans (0,5%) no Brasil. A ANTRA, por sua vez, trabalha com a estimativa de que a população trans corresponde a 1,9% da população (3,9 milhões), sendo 1,1% de travestis e mulheres transexuais (2,3 milhões) e 0,8% de homens trans e de trans masculinos (1,7 milhões) (INSTITUTO INTERNACIONAL SOBRE RAÇA, IGUALDADE E DIREITOS HUMANOS, 2020, p. 26).

Observamos que as violências sofridas pela população LGBTQIA+ se somatizam em um conjunto de adoecimentos resultando diariamente na morte dessas pessoas, seja por sofrerem preconceitos, discriminações, violências físicas e psicológicas e até mesmo o suicídio. É preciso construir um processo de valorização, respeito às diversidades, garantia de direitos (com base na saúde, educação e assistência social), junto com a soma de Movimentos Sociais, Poder Público e Legislativo.

---

<sup>12</sup> Necropolítica: é um conceito filosófico que faz referência ao uso do poder social e político para decretar como algumas pessoas podem viver e como outras devem morrer.

---

## Considerações finais

A partir do que foi apresentado, pode-se observar que o desmonte dos direitos expõe um grave problema do qual precisamos dar mais atenção e visibilidade. Temos que debater a respeito da criação/manutenção das políticas públicas para atender as demandas da comunidade LGBTQIA+, pois é nítido a incapacidade do Estado (sobretudo nos últimos anos) em garantir os direitos básicos dos brasileiros, e dessa forma a população LGBTQIA+ continua vivenciando discriminações, violências, miséria e até mesmo perdendo a vida por causa de um governo que vem fazendo essa temática se tornar mais invisível, retrograda e marginalizada.

Não podemos esquecer que mesmo com o cenário conturbado também tivemos a garantia de alguns direitos nesse breve momento histórico em que estamos inseridos. Porém, o desleixo em se preocupar com novas garantias e avanços, principalmente no âmbito de políticas de saúde deslegitimam qualquer ação. É importante acentuar que somente com a criação de políticas públicas direcionadas as demandas da população podemos combater esse crescente histórico de discriminação, pois o que a comunidade deseja é o direito à vida, viver dignamente!

## Referências Bibliográficas

BORTOLOZZI, Remom Matheus. **Mosaico de Purpurina: revisitando a História do Movimento LGBT no Brasil**. V.13, N.3. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde. 2019.

DE ARAÚJO, Mariana Gomes Lúcio; DE SOUSA, Richard Perassi Luiz. **A Marca Rainbow Flag-LGBTQIA+ no Design Gráfico Publicitário**. São Paulo: Blucher, 2020.

DE JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília. 2012.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. **De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro, Brasil. Revista Latinoamericana - Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, 2009.

FEITOSA, Cleyton. Do “Kit Gay” ao “Ministério da Família”: a desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI+ no Brasil. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 74-

---

89, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acessado em: 15/09/2021.

FERREIRA, Vinicius; SACRAMENTO, Igor. **Movimento LGBT no Brasil: violências, memórias e lutas**. V.13, N 2. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação Em Saúde, 2019.

GUARESCHI, Neusa Maria de Fatima. **Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência**: Violência, gênero e políticas públicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

GESTALDI, Alexandre B. F.; MOTT, Luiz; DE OLIVEIRA, José M. D.; AYRES, Carla S. L. da S.; SOUZA, Wilians V. F.; DA SILVA, Kayque V. C. **Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil**. 1. ed. 2020: Relatório. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**; tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos; Porto, Isaac. **Qual é a cor do invisível? A situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2020.

MOORE, Henrietta. **Compreendendo sexo e gênero**. Companion Encyclopedia of Anthropology. London: Routledge, 1997.

MISKOLCI Richard, PEREIRA, Pedro P. G; **Educação e Saúde em disputa: movimentos anti-igualitários e políticas públicas**. Botucatu: Interface, 2019.

NASCIMENTO, Andrew F. **Os primeiros grupos de afirmação homossexual no Brasil contemporâneo**. Vol. 7, n. 13. Albuquerque – revista de história. Jun, 2015, p. 62-84.

SOUZA, Camila C. De C. **Políticas Públicas para população LGBT no Brasil: do estado de coisas ao problema político**. VII Jornada Internacional Políticas Públicas, 2015.

TRINDADE, Ronaldo. **O mito da multidão: uma breve história da parada gay de São Paulo**. Revista Gênero, v. 11, n. 2, 2011.